

O Dispositivo Intercessor e os desafios emergentes para a produção da práxis nos processos formativos dos trabalhadores da Assistência Social¹

*El Dispositivo Intercesor y los desafíos emergentes para la producción de
praxis en los procesos de formación de trabajadores de la Asistencia
Social*

*The Intercessor Device and the emerging challenges for the production of
praxis in the training processes of Social Assistance workers*

Virgilio Paulo da Silva Alves²

Resumo

Problematiza-se a experiência de apropriação do Dispositivo Intercessor (DI) como estratégia de trabalho para a localização na Assistência Social (AS) como instituição, buscando produzir a práxis nos processos de formação operados com os trabalhadores, e como análise para produzir conhecimento sobre o saber-fazer gerado na práxis. As experiências analisadas referem-se aos processos de Supervisão Técnica realizados com trabalhadores que atuavam em três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município do interior paulista. A Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se constitui como um campo de trabalho em que muitos trabalhadores ofertam ações, tendo como seu público prioritário os trabalhadores. As ações desenvolvidas são constituídas por encomendas que carregam de modo implícito as demandas formadas por problemas vivenciados pelos sujeitos como efeitos das desigualdades sociais e da estratificação por Classe Social interseccionalizada pela raça e gênero, fortalecidas pelos discursos colonizantes. Essas ações poder produzir nos trabalhadores efeitos éticos e políticos de objetificação do sujeito fortalecendo as forças capitalistas instituídas para a manutenção das desigualdades sociais. O DI é uma estratégia de trabalho e de análise que se configura como possibilidade a qualquer trabalhador que busca operar em instituições, produzindo outros efeitos singularizantes, a partir de certa implicação subjetiva com o trabalho e algumas noções conceituais-teóricas, éticas, políticas e sócio-culturais de um campo transdisciplinar mobilizado para o enfrentamento da complexidade existente no Trabalho Social, confrontando os agenciamentos Modo Capitalista de Produção (MCP) presentes nas práticas sociais dos trabalhadores. O DI foi a estratégia, no âmbito da Intercessão-Pesquisa em andamento, para se tentar subverter a lógica disciplinar como efeito do trabalho na população. As experiências problematizadas podem contribuir para que outros trabalhadores que buscam a transformação social se inspirem para confrontar os processos instituídos na AS.

Palavras-Chave: Intercessão-pesquisa; Dispositivo Intercessor; Assistência Social; Educação Permanente; Práxis.

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutorando em Psicologia e Sociedade; Unesp; Assis, São Paulo, Brasil; virgilio_paulo@yahoo.com.br.

Resumen

The experience of appropriating the Intercessor Device (DI) is problematized as a work strategy for locating Social Assistance (AS) as an institution, seeking to produce praxis in the training processes operated with workers, and as an analysis to produce knowledge about the know-how generated in praxis. The experiences analyzed refer to the Technical Supervision processes carried out with workers who worked in three Social Assistance Reference Centers (CRAS) and in a Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) in a municipality in the interior of São Paulo. The Permanent Education of the Unified Social Assistance System (SUAS) is a field of work in which many workers offer actions, with workers as their priority audience. The actions developed are made up of orders that implicitly carry demands formed by problems experienced by the subjects as effects of social inequalities and stratification by Social Class intersectionalized by race and gender, strengthened by colonizing discourses. These actions can produce ethical and political effects on workers that objectify the subject, strengthening the capitalist forces established to maintain social inequalities. DI is a work and analysis strategy that is configured as a possibility for any worker who seeks to operate in institutions, producing other singularizing effects, based on a certain subjective implication with work and some conceptual-theoretical, ethical, political and social notions. -cultural aspects of a transdisciplinary field mobilized to confront the complexity that exists in Social Work, confronting the Capitalist Mode of Production (MCP) agencies present in the social practices of workers. DI was the strategy, within the scope of ongoing Intercession-Research, to try to subvert the disciplinary logic as an effect of work on the population. The problematized experiences can help inspire other workers seeking social transformation to confront the processes established in SA.

Palabras-clave: Investigación-intercesión; Dispositivo Intercesor; Asistencia Social; Educación Continua; Práctica.

Abstract

Se problematiza la experiencia de apropiación del Dispositivo Intercesor (DI) como estrategia de trabajo para ubicar la Asistencia Social (AS) como institución, buscando producir praxis en los procesos de formación operados con los trabajadores, y como análisis para producir conocimiento sobre el conocimiento. cómo se genera en la praxis. Las experiencias analizadas se refieren a los procesos de Supervisión Técnica realizados con trabajadores que actuaron en tres Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) y en un Centro de Referencia de Asistencia Social Especializado (CREAS) en un municipio del interior de São Paulo. La Educación Permanente del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) es un campo de trabajo en el que muchos trabajadores ofrecen acciones, teniendo a los trabajadores como su público prioritario. Las acciones desarrolladas se componen de órdenes que llevan implícitamente demandas formadas por problemáticas vividas por los sujetos como efectos de las desigualdades sociales y la estratificación por Clases Sociales interseccionalizadas por raza y género, fortalecidas por discursos colonizadores. Estas acciones pueden producir efectos éticos y políticos en los trabajadores que cosifican al sujeto, fortaleciendo las fuerzas capitalistas establecidas para mantener las desigualdades sociales. El DI es una estrategia de trabajo y análisis que se configura como una posibilidad para cualquier trabajador que busque operar en las instituciones, produciendo otros efectos singularizantes, a partir de una cierta implicación subjetiva con el trabajo y de unas nociones conceptual-teóricas, éticas, políticas y sociales. aspectos culturales de un campo transdisciplinario movilizado para enfrentar la complejidad que existe en el Trabajo Social, confrontando las agencias del Modo de Producción Capitalista (MCP) presentes en las prácticas sociales de los trabajadores. La DI fue la estrategia, en el ámbito de la Intercesión-Investigación en curso, para intentar subvertir la lógica disciplinaria como efecto del trabajo sobre la población. Las experiencias problematizadas pueden ayudar a inspirar a otros trabajadores que buscan una transformación social para enfrentar los procesos establecidos en SA.

Keywords: Intercession-research; Intercessor Device; Social Assistance; Continuing Education; Praxis.

1. Introdução

Iremos apresentar algumas práticas relacionadas aos processos formativos dos trabalhadores da AS que desenvolvemos por meio de assessorias aos estabelecimentos socioassistenciais, tais como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nossa apropriação do DI ocorreu por meio do desenvolvimento de uma intercessão-pesquisa, como a realização do nosso projeto de doutorado, oportunizado pelo nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) do campus de Assis-SP. Tal intercessão-pesquisa criou condições para nos reposicionarmos em nossas práticas e concebê-las como práxis.

Nossa aproximação com os elementos teóricos-assistenciais, técnicos-assistenciais, jurídicos-políticos, socioculturais e éticos do DI possibilitou que fossemos – ao longo de nossas práticas de formação junto aos trabalhadores da AS – buscando forjar estratégias de subversão da lógica disciplinar que estariam presente nas ofertas mais comuns de Educação Permanente do SUAS, inclusive em nossas próprias práticas como assessor.

Os trabalhadores assessores que operam com processos de formação dos trabalhadores da AS muitas vezes vivenciam exigências para que ocupem a posição de especialista nos processos formativos. No caso dos processos formativos que desenvolvemos não foi diferente. De modo inadvertido, eventualmente buscávamos corresponder às expectativas dos trabalhadores que nos faziam as encomendas de formação dos trabalhadores sociais. Depreendíamos que tínhamos a obrigação de atender a tais expectativas sem calcular os efeitos éticos e políticos que nossas práticas poderiam gerar nos trabalhadores e também nos sujeitos atendidos por eles. Os processos de formação dos trabalhadores são todos iguais? Como operar com processos de formação dos trabalhadores a partir do DI?

O DI refere-se a um conjunto de estratégias transdisciplinares construído para que os trabalhadores possam operar no trabalho para resistir, subverter, elaborar, metabolizar e se posicionar, com base em uma ética intercessora, na perspectiva da transformação da realidade por meio da produção de práticas singularizadas.

O DI pode ser operado por um trabalhador por meio de dois momentos. O primeiro momento do DI ocorre na própria práxis do trabalho com os sujeitos – no nosso caso, com trabalhadores da AS que participaram das atividades de formação – em que buscamos realizar

intercessões e produzir o diário de intercessão como instrumento para analisarmos o que pensamos e fizemos, buscando entender os efeitos éticos e políticos das nossas práticas em nós e nos sujeitos envolvidos, para que possamos reposicionarmos nela tentando produzir a práxis. No segundo momento trata-se de operar com o Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento (DIMPC), num plano epistemológico, produzindo saberes a partir da análise crítica das intercessões realizadas (Costa-Rosa, 2008).

Quanto aos planos técnico-assistencial, jurídico-político, sociocultural e ético, o DI inclui a Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade; o Materialismo Dialético de Marx; a Psicanálise no campo de Freud e Lacan e a Filosofia da Diferença com Deleuze e Guattari e a sociedade disciplinar e de segurança, incluindo o plano das relações de poder de Foucault (Benelli, 2023).

O DI, estratégia adotada em nossa Intercessão-Pesquisa, se refere a uma modalidade de produção de saber e de conhecimento elaborado pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa (Costa-Rosa, 2008, 2019; Costa-Rosa e Garcia, 2018). As produções no âmbito do DI estão sendo desenvolvidas pelos trabalhadores intercessores do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da Saúde (LATIPPSS) coordenado pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli e inclui suas produções (Benelli; Costa-Rosa, 2011a, 2011b, 2013; Benelli, 2014, 2016, 2019) e de tantos outros colegas (Andrade, 2013; Fiochi, 2015; Galiego, 2013; Garcia, 2013; Goto, 2018; Martini, 2010; Mexko, 2017, 2021; Miranda, 2011; Monghine, 2024, Paes, 2014; Penariol, 2017; Pereira, 2011; Périco, 2014; Proença, 2020; Santos, 2011; Shimoguri, 2015, 2020; Souza, 2015; Souza, 2019; Stringheta, 2007; Tonon, 2021; Vieira, 2023).

Avaliamos que para enfrentar as desigualdades sociais na AS precisamos nos posicionar de outro modo, operando com práticas sociais em uma perspectiva ampla e transdisciplinar, pois os problemas sociais decorrentes das desigualdades sociais são complexos e exigem tratativas também complexas para não reproduzirmos processos que acabam por contribuir para a manutenção do MCP.

Em nossa análise crítica sobre os processos de formação disponibilizados aos trabalhadores da AS, bem como sobre o Trabalho Social, entendemos que conceber somente os sujeitos social e político pode gerar efeitos lacunares que, em última análise, tendem a fortalecer as forças hegemônicas institucionais e conseqüentemente a reprodução das desigualdades sociais.

Para enfrentarmos as desigualdades sociais na AS acreditamos que é necessário concebermos, para além dos sujeitos social e político, o plano da subjetividade humana que inclui o sujeito do inconsciente. Dessa forma, o DI pode contribuir para esse feito ao nos permitir reconhecer a importância do sujeito inconsciente e possibilitar condições analíticas para o enfrentamento dos limites dos Trabalhos Social visando à superação do paradigma disciplinar e hegemônico na AS.

Nossa intercessão-pesquisa buscou não apenas produzir uma crítica quanto ao modo do trabalho disciplinar que está presente no cotidiano das práticas sociais, mas também apresentar algumas dessas estratégias pautadas pelo DI para que busquemos outro posicionamento político e ético diante das demandas dos trabalhadores da AS e da população atendida por eles.

Para operarmos a partir do DI com as equipes de trabalhadores buscamos nos posicionar como intercessor a partir de algumas estratégias que podem ser denominadas de táticas mínimas necessárias, adotando o trabalho coletivo como dispositivo de produção social.

A subversão do modo disciplinar do Trabalho Social pressupõe organizarmos o trabalho de modo coletivo, pautado pela perspectiva da auto-análise e da auto-gestão. A auto-análise refere-se a busca pelos sujeitos em “reger-se por si mesmos, dando sua própria definição dos problemas” (Baremlitt, 1996, p. 90), ou seja, processo de trabalho em que os sujeitos produzem a crítica a sua própria práxis. Seu contrário consiste na heteroanálise, realizada pelo especialista externo.

A auto-gestão, de acordo com Baremlitt (1996), envolve o movimento de sujeitos, organizados em grupo que buscam gerenciar e resolver os próprios problemas. Os trabalhos autogestivos buscam tomar as suas próprias escolhas e decisões, na posição do poder coletivo, de modo que o outro não venha decidir pelo grupo. Seu avesso é a heterogestão, ou governo do outro. São categorias chave da AI, de forma que as equipes de trabalhadores possam adotar posicionamentos políticos e éticos que lhes permita discernir os discursos explícitos e não explícitos que contribuem com a manutenção do MCP.

2. A Assistência Social e a institucionalização do Trabalho Social

Desde a Constituição Cidadã (Brasil, 1988), a Assistência Social se posicionou como um campo em que os direitos e a cidadania se entrelaçariam em busca de um novo padrão de civilidade e humanismo. Seu propósito fundamental foi proporcionar meios e condições para

que os segmentos sociais, os que mais necessitavam, pudessem não apenas sobreviver, mas também expandir o exercício pleno da cidadania. No entanto, identificamos uma distância entre o discurso oficial da AS e o que, de fato, reverbera como efeitos éticos e políticos nas práticas dos trabalhadores.

O que antecedeu a mudança do discurso oficial da Assistência Social ainda permanece em um contínuo de ações presentes nas práticas sociais de alguns estabelecimentos socioassistenciais, presentes nos dispositivos territoriais como como lugar de vigilância e averiguação das vulnerabilidades e riscos sociais. As desigualdades sociais estão expressas nos territórios, no entanto, as condições sociais para o trabalho operado pelas equipes não encontram respaldos para mudanças e transformações das vulnerabilidades e riscos sociais devido às fragilidades ou ausências de Políticas Públicas nos territórios que demandam tais ações.

Houve pouco investimento público nos territórios periféricos, onde podemos observar a insuficiência quantitativa de creches, escolas, segurança, praças de lazer e esporte, além de centros culturais. A proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) fomentou a implantação de Centro de Referência de Assistência Social nesses territórios vulnerabilizados, porém muito desses estabelecimentos socioassistenciais não possuíam as condições sociais e subjetivas para que os trabalhadores operassem com os sujeitos de modo a provocar transformações sociais, restando a esses estabelecimentos socioassistenciais o desenvolvimento de um trabalho com as famílias no plano do monitoramento das vulnerabilidades sociais, sem ferramentas para sua superação.

Ao analisarmos a normatização e regulação do trabalho na Assistência Social a partir dos documentos instituídos, identificamos o Trabalho Social como tecnologia social declarada e a inexistência de referências sobre o Trabalho Psicossocial, mesmo que haja psicólogos e outros trabalhadores operando com ela identificados nossos trabalhos acadêmicos. Identificamos o Trabalho Psicossocial posicionado em uma transição paradigmática, contrapondo as práticas sociais que se alinham com o paradigma disciplinar, mas ainda assim, não avançam para enfrentar a lacuna em torno da demanda-necessidade-desejo dos sujeitos, ao mesmo tempo em que os (as) trabalhadores (as) são exigidos e cobrados a realizar matricialidade sociofamiliar. De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004) a matricialidade sociofamiliar, declarada pela AS como um dos princípios da Proteção Social, é um dos eixos estruturante da gestão e significa que a família deve ser considerada como centralidade das

ações. Essa é uma das contradições entre discurso e prática, carecendo de referências de outro modo de trabalho articulado à demanda-necessidade-desejo dos sujeitos.

Se o trabalho deve ser operado considerando a família e seus membros na centralidade das ações a fim de analisar as condições sociais e subjetivas para o trabalho, os direitos sociais e o fomento do exercício da cidadania, entendemos que somente garantir condições materiais aos trabalhadores não garante que o trabalho produza os efeitos desejados e necessários para mudança. Não é por menos que nossa hipótese consiste no fato de que, para que o trabalho na AS possibilite a produção de outros efeitos éticos e políticos de enfrentamento dos processos capitalistas instituídos, faz-se necessária a construção de estratégias que contribuam para a transversalização das ações pelos trabalhadores, a qual só pode ser viabilizada por meio da conscientização da luta de classes por estes trabalhadores.

As práticas sociais presentes nos estabelecimentos da AS constituem as Tecnologias Sociais utilizadas em torno do Trabalho Social, essas são algumas delas: Busca Ativa, Gestão Socioterritorial, Discussão de Caso, Acolhida, Atendimento Individual, Visita/Entrevista Domiciliar, Encaminhamento/Referenciamento/Contrareferenciamento, Produção de Relatórios, Articulações e Reuniões de Rede, Acompanhamento, Produção de Indicadores Sociais, dentre outras práticas.

Identificamos nas práticas sociais o avanço do familismo (Santos, 2017), reforçando a sobrecarga da mulher como arrimo da família e responsabilidade pelas mazelas sociais que recaem sobre os membros de sua família, e pouco se discute sobre gênero nos processos de acompanhamento familiar.

Os sujeitos que são atendidos pelos trabalhadores que operam nos estabelecimentos institucionais em um contexto de formação social neoliberal no qual coexistem paradigmas das sociedades de soberania, disciplinares, de controle ou de segurança, tendem a serem transformados em números, assim como também os trabalhadores são transformados em números.

Novos saberes foram incorporados ao Trabalho Social, entre eles o saber estatístico e os dispositivos de governamentalidade. A estatística se tornou uma Tecnologia Social de governo para gerenciar os territórios vulnerabilizados, produzindo informações sobre a vida da população nos espaços considerados problemáticos (Farhi Neto, 2010). Os números passaram a ocupar uma centralidade nas práticas sociais, como conhecimento do Estado, que utiliza essas informações para medir e controlar a população, a riqueza e os impostos.

A Biopolítica pressupõe a relação de poder-controle sobre o sujeito buscando regular, normatizar e controlar os corpos, o que gera as condições para o Biopoder, o qual produz subjetividades que incidem sobre a população e não na localização/espço. Por outro lado, há a resistência dos sujeitos a esse processo de adaptação e resignação à realidade social (Farhi Neto, 2010).

A dicotomia entre adesão e resistência dos sujeitos atendidos ou que trabalham nos estabelecimentos socioassistenciais sinaliza a importância da análise crítica sobre o que está em jogo em termos de efeitos de nosso trabalho.

3. Nossas tentativas de operar com o DI nas Supervisões Técnicas dos trabalhadores da AS

Com o agravamento dos riscos e vulnerabilidades sociais provocado pela eclosão da pandemia do *Corona Vírus Disease*, ocorrida no ano de 2020 (Covid-19), mesmo período em que vivenciamos os processos formativos com os trabalhadores problematizados em nossa Interação-Pesquisa, foi mais que necessário que as equipes de trabalhadores da AS estivessem posicionadas de modo avisado para operar com ações que contribuíssem para a Proteção Social das famílias e sujeitos. Compreender o que estávamos vivendo nos anos de 2021 e 2022 já era um grande desafio, dada a sobreposição complexa da intensificação da investida neoliberal no país e dos processos sociais agravados pela pandemia.

Percebíamos a vontade dos trabalhadores em se implicarem de modo singularizado com as demandas oriundas do atendimento e acompanhamento das famílias por meio do Plano de Acompanhamento Familiar e Fluxos. Mas o aumento da demanda, a precarização dos recursos humanos e as dificuldades de interlocução com as equipes de trabalhadores das demais políticas produziram efeitos diversos nos trabalhadores, dificultando o desenvolvimento de um trabalho crítico e mais intercessor, o que gerava por vezes sentimentos de angústia, culpa, ansiedade e frustrações.

Nós esperávamos que os processos de assessoria gerassem nos trabalhadores condições para que se posicionassem como sujeitos sociais na produção da história e como atores políticos na dimensão dos direitos e do exercício da cidadania, de modo a estarem implicados e atentos para a dimensão do desejo inconsciente. Porém, a cada encontro de Supervisão Técnica, as notícias dos trabalhadores estavam relacionadas ao aumento da demanda caracterizada pela

procura das famílias por cestas básicas, transferência de renda e enfrentamento de outros impasses como a vivência de situações de conflitos e violências.

As experiências problematizadas neste artigo referem-se aos processos de Supervisão Técnica que realizamos juntamente com os trabalhadores de três CRAS e um CREAS, de um município do interior paulista. Cada equipe de trabalho contou com 2 (dois) encontros mensais de 3 (três) horas, com exceção de um dos CRAS que contou com duas horas de duração em cada encontro. O processo formativo foi realizado no período de outubro de 2021 a dezembro de 2022.

Nossas discussões iniciais com os trabalhadores foram atravessadas pela necessidade de compreensão sobre as diferenças entre demandas explícitas (oficiais), aquelas que chegavam aos trabalhadores, das demandas implícitas (encargos), que se expressavam pelo não dito, pelos aspectos lacunares nos discursos e nas ações, para que pudéssemos nos localizar no campo crítico.

A intensificação das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas famílias atendidas/acompanhadas, no contexto pandêmico, foi enfrentada pelos trabalhadores e sujeitos-usuários atravessada pelo risco do retorno das práticas assistencialistas diante das crises sanitária, econômica social, política e ambiental. Entendemos que estava ocorrendo uma intensificação das violações de direitos, considerando as dificuldades de acesso das famílias aos estabelecimentos socioassistenciais e das demais políticas públicas, bem como devido às precariedades do trabalho nos estabelecimentos da AS.

Procuramos problematizar com os trabalhadores as estratégias para a produção de posicionamento crítico na defesa intransigente dos direitos dos sujeitos e na organização coletiva para construir processos de trabalho mais autogestivos, na tentativa de enfrentar as arbitrariedades das ações governamentais que representaram um ataque à instituição da AS que foi implantada no Brasil no plano do direito, da cidadania, da participação social e da democracia.

Os processos formativos de Supervisão Técnica com os quais operamos buscaram explorar as demandas específicas de cada estabelecimento socioassistencial (reflexões, adequações do número de famílias por trabalhador, discussão de caso, articulação, formação da rede intersetorial, dentre outras). Destacamos que frequentemente os trabalhadores demandavam a problematização da gestão territorial e da instrumentalidade de um trabalho que denominaram de psicossocial.

Analísávamos as demandas dos trabalhadores diferenciando aquelas que se referiam às urgências do cotidiano e aquelas em que seria possível, mesmo diante das precárias condições de trabalho, produzir mediações junto aos sujeitos-usuários por meio do acompanhamento familiar, concebendo o sujeito-usuário nos planos social (história), político (poder) e psíquico (subjetividade do inconsciente).

Produzimos reflexões que fomentaram nos trabalhadores discussões de como as demandas oficiais estavam articuladas com as ações como respostas dos trabalhadores no enfrentamento dos problemas inerentes ao cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, o que nos levou a levantar a hipótese de que para avançarmos com as ações para um Trabalho Social Crítico, as equipes dos estabelecimentos deveriam reorganizar as ofertas de suas ações.

Os processos instituídos, regulamentados ou não, que atravessaram as ações desenvolvidas pelas equipes dos estabelecimentos contribuía para fortalecer o automatismo das práticas sociais não críticas, operadas nas urgências, produzindo efeitos normalizadores dos sujeitos pela naturalização das desigualdades sociais.

Nos processos de formação, problematizando os acontecimentos-sujeito, buscávamos nos posicionar de modo intercessor na tentativa de contribuir para a capacidade organizativa dos trabalhadores e para o fortalecimento de produção de saber-fazer localizados em estratégias democráticas e no fomento da implicação subjetiva singularizante, potencializando as forças instituintes e novos processos de trabalho de enfrentamento do MCP presente no Trabalho Social.

As demandas dos trabalhadores, considerando as especificidades de cada localidade, se constituíram pela nossa tentativa de produção coletiva sobre impasses gerados pelas mudanças autoritárias nas configurações de algumas equipes, elaboração de protocolos para inclusão de famílias no CREAS e nos CRAS, critérios para os desligamentos das famílias dos serviços, acontecimentos-sujeito-trabalhador, discussões de casos específicos, dentre outros aspectos.

Já as demandas das famílias atendidas pelos trabalhadores eram formadas por necessidades-carências de alimentos/cesta básica, acesso a programas de transferência de renda, agravamento das vulnerabilidades sociais com a intensificação das violências no âmbito doméstico, fragilização dos vínculos afetivos e aumento significativo de mortes decorrentes da Covid-19.

Por meio da identificação dos processos instituídos e de produção de saber-fazer, apropriação de alguns conceitos teóricos críticos, leituras e análise de documentos técnicos,

modelos de fluxos e planos de acompanhamento familiar de outros municípios, algumas equipes técnicas revisitaram o seu próprio fluxo de atendimento e demais documentos institucionais locais (prontuário/plano de acompanhamento e protocolo e estratégias para melhorar a comunicação entre serviços socioassistenciais assim como para com os trabalhadores que atuavam na gestão da AS), buscando estratégias para produzir ações críticas e contribuir para o fortalecimento dos processos instituintes, na produção dialética de um saber/fazer que se posicionasse para a não objetificação dos sujeitos-usuários.

Os trabalhadores dos estabelecimentos vivenciaram um percurso singular caracterizado pela compreensão de suas demandas e pela intencionalidade de suas implicações na busca pela mobilização e produção de saberes e certo fazer, bem como na elaboração e adoção de estratégias que vislumbravam a busca pela resolubilidade dos seus próprios problemas, enfrentando as resistências explícitas em suas queixas que circundavam os discursos sobre o aumento das demandas de trabalho, a precarização do trabalho, a insuficiência de trabalhadores, as dificuldades de interlocução com as demais políticas, ausências de condições para operar com um Trabalho Psicossocial Crítico e sentimentos de angústia, ansiedade e frustrações em relação ao Trabalho Social.

A nossa crítica à divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo, que dicotomiza o saber e o fazer, e as nossas tentativas de interceder para forjar a práxis levaram alguns trabalhadores a ansiarem por uma implicação com um trabalho de superação dialética do saber-fazer-poder, exigindo deste a produção de movimentos de estudo sobre alguns analisadores institucionais emergentes no cotidiano do trabalho, de problematização das suas demandas e produção de ações coletivas que fomentassem a autonomia, a vivência da cidadania, a defesa da democracia e a proteção social junto aos sujeitos-usuários.

As dificuldades que encontramos para operar com o DI nos processos de Supervisão Técnica estavam localizadas para além das restrições que a pandemia de Covid-19 produziu sobre as possibilidades do trabalho coletivo, de modo que diziam respeito principalmente às condições de trabalho das equipes (insuficiência de trabalhadores nas equipes (equipes reduzidas), à ausência do trabalhador de psicologia em todos os CRAS (produzindo uma produção parcial de proteção social, não alcançado a equipe interdisciplinaridade preconizada pelo SUAS) e às dificuldades de comunicação e articulação da Proteção Social Básica entre outros estabelecimentos públicos e gestões operadas por uma governamentalidade neoliberal .

A implicação subjetiva que produzimos com as demandas e as problemáticas vivenciadas pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, do lugar de trabalhador-intercessor em processos de formação, possibilitava entender alguns conflitos, contradições, resistências e ressonâncias na busca pela efetivação dos direitos humanos e sociais dos indivíduos e famílias e pela tentativa de enfrentar as desigualdades sociais.

Nossa atitude problematizadora buscou considerar a dimensão crítica como norteadora do trabalho social, de modo que os trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais pudessem desenvolver ações que buscassem ser mais amplas quanto à concepção do sujeito político, social e psíquico, incluindo o inconsciente. Pudemos mediar intensos e implicados diálogos entre os trabalhadores desses estabelecimentos socioassistenciais nos diferentes níveis de complexidade da Proteção Social.

4. Os desafios emergentes nas práticas do trabalhador-intercessor para forjar a práxis nos processos de formação dos trabalhadores da AS

Buscamos operar as nossas ações a partir do DI, porém é importante contextualizar que nosso processo de trabalho de formação nesse município começou quando ainda estávamos, como trabalhador, em contato inicial com as perspectivas críticas do DI. Essa contextualização é importante porque pudemos perceber as nossas tentativas enquanto um trabalhador que já buscava posicionar suas ações de modo crítico, mas inadvertido, concebendo os trabalhadores como sujeitos sociais e políticos. O encontro com o DI como estratégia de trabalho e análise e nossa busca pela apropriação possibilitou que reavaliássemos nossas próprias práticas produzidas nos processos formativos com os trabalhadores da AS, buscando nas brechas institucionais as condições para exercitar um outro posicionamento: o do trabalhador-intercessor.

Alguns aspectos do plano universal da instituição de AS nos diversos estabelecimentos socioassistenciais que operamos foram formados principalmente pela procura das famílias por alimentos/cesta básica e acesso a programas de transferência de renda, pelas normatizações da AS e pelas ações macropolíticas de um governo neoliberal.

No plano da particularidade da instituição de AS entendemos que houve um conjunto de práticas sociais operadas pelos trabalhadores. Detectamos, por exemplo, mudanças repentinas nas configurações de algumas equipes, como a transferências dos trabalhadores para

outros estabelecimentos, mudanças nas estratégias que utilizavam nas práticas de atendimento, acompanhamento e visita domiciliar, bem como nos critérios para desligamento das famílias dos estabelecimentos e nas estratégias de acolhida.

Já no plano das práticas singularizadas no âmbito da instituição de AS localizamos as tentativas dos trabalhadores de ampliar os espaços de reuniões, transversalizando os espaços e buscando promover uma implicação singularizada na produção coletiva de documentos que norteariam os seus próprios trabalhos no endereçamento aos trabalhadores da gestão municipal das demandas relacionadas as condições de trabalho para o desenvolvimento de um Trabalho Social Crítico.

Todo o nosso esforço, dentro das possibilidades que tínhamos para operar, foi permeado por muitos desafios: a continuidade de práticas que contribuía para a reprodução social e a manutenção das desigualdades sociais, como a ênfase em atendimentos emergenciais/urgentes por meio de ações imediatas, a prevalência do foco no indivíduo, as dificuldades de interlocução com os trabalhadores das demais políticas públicas, os impasses emocionais das famílias atendidas/acompanhadas e dos trabalhadores que compunham as equipes de referência e as expectativas/dificuldades/ruídos na comunicação entre equipes de referência de níveis de complexidade diferentes, bem como com a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5. Considerações Finais

Buscamos problematizar nossa tentativa de operar com o DI em nossos processos de Supervisão Técnica nos estabelecimentos socioassistenciais de um município do interior do Estado de São Paulo a partir do posicionamento como trabalhador-intercessor, bem como fomentar mudanças e questionar as estruturas institucionais da AS a fim de evitar a perpetuação das desigualdades sociais.

Nossas práticas que se propuseram intercessoras foram desenvolvidas de modo a operar com estratégias que permitissem introduzir uma discussão sobre as microrrevoluções e suas repercussões, realizando análise crítica e reflexões junto aos trabalhadores sobre as características e o papel do SUAS diante das diversas práticas sociais que estavam desenvolvendo.

Neste ensaio, apresentamos o Dispositivo Intercessor (DI) como estratégia para contribuir teórica, analítica, ética e politicamente com a qualificação das práticas dos trabalhadores sociais.

Diante das demandas da população que procura pelos estabelecimentos socioassistenciais e do desafio dos trabalhadores em desenvolver atividades/ações psicossociais, provocamos o que seria uma implicação singularizada, orientada na perspectiva da superação dialética da divisão sócio-técnica do trabalho social na produção de saberes-fazer. Procuramos criar condições para o reposicionamento do trabalhador e a subversão das práticas disciplinares, contribuindo para forjarmos uma práxis transformadora, resistente e intercessora.

Se a realidade é essencialmente construída, pode-se também ser substancialmente modificada. Nesse sentido, questionamos se o SUAS precisa ter um objeto de trabalho ou se devemos nos afastar da ideia de objeto e conceber nossa demanda de trabalho com os sujeitos. São possíveis práticas sociais que criem condições para a existência da diferença e a reflexão sobre como estamos produzindo nosso trabalho, no lugar da declaração de um sujeito como objeto para estudo, escolha e decisão sobre sua vida, sem que o sujeito participe dessa tomada de decisão?

O SUAS foi implantado na perspectiva de um sistema descentralizado e participativo, que deveria ser central para as Políticas Sociais, porém muitas vezes é relegada a um plano secundário e as práticas sociais dos seus trabalhadores muitas vezes desempenham um papel ambíguo concebendo o sujeito ora como ativo ou objeto de controle.

Nesse contexto, identificamos perigos que vão além das dificuldades presentes nas práticas sociais. Como subverter a biopolítica que permeia a AS? Como lidar com os dispositivos de controle e segurança que atuam como obstáculos ao desenvolvimento pleno da cidadania?

A análise do Trabalho Social torna-se fundamental e precisamos ir além dos limites convencionais do território, subvertendo as lógicas biopolíticas na AS, evidenciando a necessidade de integrar teoria, prática e práxis para uma tática outra.

6. Referências

ANDRADE, M. C. **Encontro da Loucura com o Trabalho na Economia Solidária: a produção da práxis de pré-incubagem através do Dispositivo Intercessor na Saúde Mental**. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

BAREMBIITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. In:

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas**. Curitiba: CRV, 2020. p. 139-169.

BENELLI, S. J. **Problematizações das figuras da Psicologia Clínica: olhar, cuidar e escutar**. Unesp Digital, 2023.

BENELLI, S. J. Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. **Revista de psicologia da Unesp**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais. **Estudos de Psicologia**(Campinas), v. 33, n.4, p. 735-745, 2016.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades**. São Paulo: Unesp Digital, 2022.

BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 30. n.2, p. 283-301, 2013.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 28, n. 4, p. 539-563, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 107). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 21/03/2021.

BRASIL. **Resolução nº 145**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da atenção psicossocial**: contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. Tese de livre docência. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, 2011a.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, nº especial, p. 37-54, 2019.

COSTA-ROSA, A. **Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave**: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2008. (Trabalho não publicado).

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. D. C. AMARANTE (Org.). **Ensaio**: subjetividade, saúde mental e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

COSTA-ROSA, A. **Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FARHI NETO, L. **Biopolítica: as formulações de Foucault**. Cidade Futura, 2010.

FIOCHI, P. I. C. **Entre laços e nós: (im)possibilidades de um psicanalista nos espaços de Educação Permanente em Saúde**. 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- (Doutorado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2015.

GARCIA, A. S. **Atenção Primária e Atenção Psicossocial: Dispositivo Intercessor como operador da produção de conhecimento da Saúde Coletiva**. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

GARCIA, A. S.; COSTA-ROSA, A. O Dispositivo Intercessor: contribuições da filosofia da diferença. *In*: TOLEDO, R. F.; ROSA, T. E. C.; KEINERT, T. M.; CORTIZO, C. T. (Orgs.). **Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas**. Instituto de Saúde, São Paulo, 2018. p. 167-186.

GALIEGO, A. H. B. **O dispositivo intercessor como modo de produção do conhecimento: construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.

GOTO, K. S. **Reforma Psiquiátrica no Brasil contemporâneo**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2010.

MEXKO, S. **Psicologia e assistência social:** contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

MEXKO, S. **Uma psicóloga psicossocial no CAPS:** Contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico. 2021. 225p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/213964>

MIRANDA, C. M. **Saúde Mental infanto-juvenil:** uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

MONGHINE, I. D. **Proteção ou punição?** Ensaio sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num Conselho Tutelar. 2024. 117 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2024. Link: <https://hdl.handle.net/11449/255714>

PAES, M. R. R. **Ensaio de Intercessão-Pesquisa:** entre significantes e instituições. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PENARIOL, Marita Pereira. **Análise institucional da prefeitura municipal:** desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/149909>>.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.** 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva.** 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PROENÇA, F. A. **Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social: desafios e impasses discursivos.** 2020. 128 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/192446>>

SANTOS, L. A. **Planejamento participativo e Interação-pesquisa como dispositivos de participação e emancipação do trabalho e do trabalhador na Saúde Mental Coletiva.** 2011. 96 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- (Doutorado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2011.

SANTOS, W. R. O circuito familista na política de assistência social. **Textos & Contextos**, v. 16, n. 2, p. 388-402, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250> Acesso em: 19 maio 2023.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **O inconsciente é a política: contribuições do Dispositivo Intercessor para o saber-fazer da Terapia Ocupacional Psicossocial.** 2020. 295p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202764>

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional: uma clínica do desejo e do carência na Saúde Coletiva.** 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SOUZA, W. A. **A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão.** 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SOUZA, Helder Barros. **O psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto: problematizando saberes e fazeres.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191001>

STRINGHETA, L. V. H. O. **Método intercessor e saúde mental – construindo saberes a partir da práxis.** 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2007.

TONON, F. H. **O adolescente consumidor de álcool e drogas e as internações: deslocamentos e posicionamentos para práticas psicossociais.** 2021. 255 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202653>

VIEIRA, B. R. S. **As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social: problematizando a práxis de trabalho no CRAS.** 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, São Paulo, 2023. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/items/a435bf7b-dfe7-4a2a-80f8-160903d4210e>